PODER

Anúncio vem após sequência de desgastes, que expôs Marina e levantou desconfianças sobre compromisso de Lula com meio ambiente

Governo leva COP para Belém

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou, ontem, que Belém sediará a Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), a COP30, em 2025. A confirmação foi feita em um vídeo que publicou nas redes sociais ao lado do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e do governador do Pará, Helder Barbalho.

"Queria confirmar que as Nações Unidas aprovaram, no último 18 de maio, a realização da Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças de Clima na cidade de Belém, do Pará, em novembro de 2025. Será a COP30, proposta de Lula ainda como presidente eleito, em novembro do ano passado, na última reunião da COP, no Egito", salientou.

O anúncio foi feito em um momento em que uma queda de braço se desenrola no governo sobre os rumos a serem tomados na seara da preservação ambiental. A ministra Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima) está no centro de uma disputa com o também ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, sobre a exploração de petróleo no litoral do Amapá. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e dos Recursos Naturais vetou a prospecção e pediu mais estudos sobre os impactos para a região.

Mas não é somente esse cabo de guerra que levanta desconfianças sobre o compromisso do governo com a defesa do meio ambiente, como afirma nos foruns internacionais. Isso porque, na votação da Medida Provisória 1.154 — que redesenha o organograma do governo —, o pragmatismo do Palácio do Planalto para evitar que a MP caducasse expôs Marina, ao enfraqueceu a estrutura do ministério que ela dirige e causou novo mal-estar.

Amazônia

Em janeiro, o governo oficializou a candidatura de Belém para sediar o evento da ONU. Segundo Lula, sediar um evento dessa magnitude na Amazônia é quase uma exigência que a comunidade internacional faz a ele quando participa de eventos multilaterais.

"Participei de COP no Egito, em Paris, em Copenhague, e o pessoal só fala da Amazônia. Então, eu dizia assim: 'por que, então, não fazer a COP em um estado da Amazônia para vocês conhecerem o que é a Amazônia'?", justificou, no vídeo.

Questionado pelo presidente se o Pará está preparado para receber o evento, Hélder Barbalho foi afirmativo. "Aumenta a nossa responsabilidade de mostrar que o Brasil está preparado e, acima de tudo, a responsabilidade da agenda ambiental, conciliando os amazônidas da nossa região e, claro, o respeito ao meio ambiente", frisou o governador.

A conferência é o maior evento do planeta sobre o tema das mudanças climáticas e cuidados com o meio ambiente. Ela reúne chefes de Estado e representantes de todos os países-membros para firmar acordos e debater o alcance das metas de preservação ambiental. Nas COPs foram firmados, por exemplo, o Protocolo de Kioto, em 1997, e o Acordo de Paris, em 2015. **(Colaborou Fabio Grecchi)**

Ricardo Stuckert/PR



Ao lado de Hélder Barbalho e Mauro Vieira, Lula mostra a confirmação das Nações Unidas de que o evento será na capital paraense, em 2025

Presidente recusa ida à Rússia

» MARIANA ALBUQUERQUE*

Por meio das redes sociais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva informou, ontem, que conversou, por telefone, com o presidente Vladimir Putin e que recusou um convite para o Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo, na Rússia. A resposta do petista vem depois das críticas que recebeu por não ter se reunido com Volodimyr Zelenski, na reunião do G7, em Hiroxima, no Japão. A diplomacia brasileira afirmou que o encontro entre eles estava agendado, mas o presidente da Ucrânia não apareceu.

No contato com Putin, Lula reiterou que pretende articular uma conversa para cessar um possível cessar fogo entre Rússia e Ucrânia, junto com Índia, Indonésia e China. "Conversei agora, por telefone, com o presidente da Rússia, Vladimir Putin. Agradeci a um convite para ir ao Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo, e respondi que não posso ir a Rússia neste momento. Mas reiterei a disposição do Brasil, junto com a Índia, Indonésia e China, de conversar com ambos os lados do conflito em busca da paz", tuitou Lula.

Apesar de nos organismos multilaterais internacionais o Brasil condenar a invasão da Ucrânia pela Rússia, as afirmações de Lula fizeram com que ele recebesse críticas por não ser veemente nas críticas a Putin. No G7, ele disse que, apesar dos esforços, neste momento não há interesse das partes em falar sobre a paz. O comentário do presidente mais uma vez foi entendido como alinhamento com Putin.

Para Lula, para que haja negociação, os dois lados terão que ceder em alguma medida. "O Celso Amorim [assessor internacional da Presidência] foi lá na Rússia e depois na Ucrânia. E o Amorim falou que, por enquanto, eles não querem conversar sobre paz. Se um tem uma proposta, é a rendição do outro, se o outro tem uma proposta, é a rendição do primeiro. E ninguém vai se render. Negociação não é rendimento e vai ter um momento que vão querer uma negociação", disse no Japão.

Entretanto, em um dos momentos mais constrangedores do G-7, ao chegar para participar de uma reunião, Zelensky é recebido por vários líderes internacionais, enquanto Lula permanece sentado e não faz um único gesto na direção do presidente ucraniano.

***Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

» Jornalistas ganham outra de Bolsonaro

Por unanimidade, os desembargadores da 4ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo confirmaram a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro ao pagamento de indenização por ataques "reiterados e agressivos" a jornalistas. Os magistrados, no entanto, reduziram pela metade o valor que havia sido arbitrado em primeira instância — o ex-chefe do Executivo terá de pagar R$ 50 mil, a serem revertidos para o Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos. A decisão de primeira instância diz que a conduta de Bolsonaro configura "assédio moral coletivo contra a categoria". O ex-presidente foi sentenciado em ação civil pública movida pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

JUDICIÁRIO

Telegram define novos prepostos

» LUANA PATRIOLINO

Poucas horas depois de receber uma intimação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o aplicativo Telegram indicou, formalmente, na tarde de ontem, os seus representantes legais no Brasil. O magistrado havia determinado a apresentação de responsáveis no país, sob pena de suspensão da plataforma por 48 horas, além de multa diária de R$ 500 mil em caso de descumprimento.

Os advogados apresentados pelo Telegram são Marcel Leonardi, Fernanda Simplicio Maia, Guilherme Viana e Guilherme Nunes Lima. O aplicativo teria um prazo de 24h — a partir do momento em que recebeu a intimação — para cumprir a ordem, mas apresentou os prepostos antes do período estipulado.

A determinação ocorreu no âmbito do inquérito aberto, a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), para apurar a conduta da empresa em uma "campanha abusiva contra" o PL das Fake News. No início do mês, o Telegram enviou um texto aos usuários no qual disseminava desinformação sobre o projeto de lei.

Moraes, então, determinou que o aplicativo tirasse de circulação o comunicado e enviasse um novo material, esclarecendo que se tratavam de informações inverídicas. À época, ele também ordenou à Polícia Federal (PF) que colhesse os depoimentos "de todos os diretores e demais responsáveis da Google Brasil e do Telegram Brasil" por ataques ao PL.

Em maio, outra big tech enfrentou problemas com a Justiça a relação ao projeto de lei: o Google passou a exibir, em sua página inicial, uma mensagem contra o projeto. Moraes fez uma determinou de determinações sobre a publicidade negativa, além de ordenar que a PF tomasse depoimentos dos diretores da plataforma, do Spotify, do Grupo Meta (que administra o Instagram e o Facebook) e do Brasil Paralelo.

Ed Alves/CB/D.A.Press



Moraes tinha determinado que plataforma apresentasse representantes. Horas depois, ordem foi cumprida

Representação

Na decisão de ontem, Moraes relatou que a corporação ouviu o advogado Alan Campos Elias Thomaz, que, até então, respondia pelo aplicativo no Brasil. O defensor, porém, informou que seu escritório não presta assessoria jurídica ao Telegram desde 14 de maio.

"Efetivamente, o causídico apresentou diversas petições informando a renúncia dos poderes anteriormente conferidos a ele e não há notícia de que o Telegram tenha indicado qualquer outro representante no Brasil", destacou Moraes.

A plataforma, então, pediu a inclusão de novos advogados para representar o aplicativo nos inquéritos em que é citado no Supremo — como, por exemplo, a investigação dos atos golpistas de 8 de janeiro, e os inquéritos das fake news e da organização de atos antidemocráticos. A participação da empresa não significa que ela figura como investigada.

Os advogados deverão "acompanhar o andamento do feito e adotar as providências cabíveis" nos processos em que é parte, tem recursos apresentados ou determinações judiciais. Na decisão que levou o Telegram a constituir novos representantes legais, Moraes destacou não ser a primeira vez que o Supremo tem dificuldades para notificar a plataforma de decisões judiciais, para que sejam cumpridas.

Deltan pode ter multa revisada

A Procuradoria-Geral da República defendeu, ontem, que o Supremo Tribunal Federal anule a decisão que condenou o ex-deputado Deltan Dallagnol (Podemos-PR) a pagar R$ 75 mil de indenização por dano moral ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no caso do PowerPoint. A PGR afirma que o próprio STF reconheceu, em 2019, que os agentes públicos não podem responder judicialmente por eventuais danos causados a terceiros no exercício da função e que a responsabilidade nesse caso é do Estado.

"É imperiosa a reforma do acórdão recorrido, com o provimento dos recursos extraordinários em análise", diz a manifestação do subprocurador-geral da República Wagner Natal Batista.

A condenação foi imposta pelos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Eles concluíram que houve "excesso" na divulgação da denúncia contra Lula e que o ex-procurador ofendeu a honra e a reputação do petista.

Ao entrar com recurso, a defesa de Deltan reiterou que a entrevista coletiva foi concedida para "esclarecimento de fatos e questões jurídicas" envolvendo a denúncia. "A entrevista coletiva objeto desta demanda não foi algo produzido exclusivamente contra o Lula, mas, sim, uma sistemática institucional de divulgação dos trabalhos do Ministério Público Federal", argumentaram.

Os advogados também afirmaram que Deltan, que na época coordenava a força-tarefa da Operação Lava-Jato no Paraná, agiu dentro das atribuições "regulares" de procurador da República. Outro argumento da defesa é que o processo não poderia ter sido movido contra a pessoa física do ex-procurador e que uma eventual responsabilização em caso de condenação recairia sobre o Estado.

> **"É imperiosa a reforma do acórdão recorrido, com o provimento dos recursos extraordinários em análise"**
>
> ***Trecho da solicitação da PGR ao STF sobre a multa imposta a Deltan Dallagnol***

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) também entrou com recurso em favor de Deltan. A entidade afirmou que tem o dever de "zelar pela atuação independente de seus membros".

"O simples fato de prosseguir a ação contra a pessoa de Deltan, e não contra a instituição da qual faz parte, produz consequências perniciosas à liberdade de todos os membros dessa categoria, que passariam a se ver ameaçados, no exercício de suas atividades, pela possibilidade de serem demandados, em nome próprio, pelo desempenho do munus a si concedido pelo Estado", argumenta. A relatora dos recursos é a ministra Cármen Lúcia.